



HERDEIROS DO PORVIR

Ano XVIII – Nº 29
Maio/Junho 2012
Distribuição gratuita



Elizabeth II

comemora 60 anos
de reinado
aureolada de prestígio

A RAINHA E O IMPERADOR

A Rainha Elizabeth II comemora seis décadas de reinado envolta em auréola de grande prestígio. Sua legitimidade não vem de nenhum pleito democrático. Pelo contrário, a história e o berço a elevaram sobre um pedestal acima de partidos e interesses particulares. Pela graça de Deus Elizabeth II é soberana da Grã-Bretanha, Irlanda do Norte, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, de 16 Estados independentes, além de chefe de 54 Estados da Commonwealth, com um total de dois bilhões de súditos. Aos 86 anos, esta soberana influencia muito mais do que qualquer governante. Ideologias, partidos e jogos de interesse mudaram sem cessar durante os últimos sessenta anos de seu reinado, mas ela personificou, sem desfalecimento, a continuidade, a identidade e a unidade nacional.

O Brasil também foi beneficiado pelo longo reinado de Dom Pedro II, que durante cinco décadas contribuiu largamente para o amadurecimento social, moral, psicológico e econômico brasileiro. E essa continuidade benfazeja se estenderia por três longas décadas sob o reinado da Princesa Isabel, que teria durado até 1921, quando veio a falecer. Mas ainda que essa sadia continuidade tenha sido truncada pela proclamação da República, mesmo assim o Brasil se beneficiou, ao longo dos anos, com os frutos deixados pela Monarquia.

E um dos últimos rebentos da Monarquia teve sua expressão exemplar na figura do Barão do Rio Branco, cuja mentalidade monárquica o fez consolidar as fronteiras nacionais ao longo da última década do século XIX e da primeira década do século XX. Os tratados firmados pelo Barão do Rio Branco representam a consolidação e o aperfeiçoamento do Tratado de Madri, de 1750, que sacramentou diplomaticamente a pujante expansão das fronteiras do Brasil a oeste da linha estabelecida em 1494 pelo Tratado de Tordesilhas.

Que o exemplo de nossos maiores nos inspire a continuar sempre firmes na propagação dos ideais monárquicos tendo em vista uma duradoura restauração na Monarquia em benefício de nosso País.

Cavalgada resgata memória do Brasil Imperial

Representando a Casa Imperial brasileira, o Príncipe D. Gabriel de Orleans e Bragança (**foto**) participou, em 12 de fevereiro último, da Terceira Cavalgada do Imperador em Goiana, Pernambuco. A tradicional comemoração teve origem na visita que D. Pedro II fez a essa cidade, em 5 de dezembro de 1859. Na ocasião acompanharam o monarca mais de 500 cavaleiros.

Esta foi a terceira vez que um membro da família imperial participou do evento. O primeiro, como já mencionado, foi D. Pedro II; o segundo, D. Pedro Henrique de Orleans e Bragança, pai do atual chefe da Casa Imperial brasileira, D. Luiz; o terceiro, D. Gabriel.

O encontro aconteceu no Engenho Itapirema do Meio, local em que D. Pedro II se hospedou. Os cavaleiros foram recepcionados com um luto café da manhã, frutas e comidas regionais. Em seguida a tropa composta por 100 cavaleiros, D. Gabriel à frente, partiu seguindo a mesma rota feita pelo Imperador. O percurso de 14 km terminou na Associação Comercial de Goiana, onde foi servido almoço, animado por música. Segundo entrevista de D. Gabriel à imprensa pernambucana, a cavalgada é boa ocasião para a integração da família Orleans e Bragança com a história do Município. "É um evento importante pela tradição histórica que se criou", disse ele. Ainda de acordo com D. Gabriel, D. Pedro II sempre gostou de viajar e conheceu a maioria dos municípios brasileiros da época.

No século XIX Goiana, terceira cidade a surgir em Pernambuco e umas das primeiras no Brasil, era conhecida por sua pujança e grande desenvolvimento de cana-de-açúcar. Localizada na zona da mata, próxima ao mar, Goiana ("Guyanna" ou "terra de muitas águas" em tupi-guarani) tem 75 mil habitantes e dista 62 km de Recife, ao norte.



Falece a Infanta Dona Maria Adelaide

Faleceu em 24 de fevereiro de 2012, na Costa da Caparica, em Portugal, S.A.R. a Princesa Dona Maria Adelaide de Bragança (**na foto com o marido e filhos**), última neta viva do Rei Dom Miguel I e tia do atual Chefe da Casa Real portuguesa, Dom Duarte de Bragança.



Havia chegado à bela idade de 100 anos no último dia 31 de janeiro, quando foi agraciada com a Medalha da Ordem do Mérito, em razão de seus muitos merecimentos. Dona Maria Adelaide foi uma mulher de grande caráter, que deu sempre um extraordinário exemplo de Fé católica, coragem, determinação e dedicação ao próximo, ao longo de uma vida marcada por grandes dificuldades, perigos e perseguições.

Nascida no exílio na França, a Infanta Dona Maria Adelaide viveu boa parte de sua vida na Áustria, onde a veio encontrar a II Guerra Mundial, durante a qual serviu como enfermeira e participou da resistência à Gestapo, tendo sido duas vezes condenada à morte, salvando-se por providenciais intervenções.

Dona Maria Adelaide casou-se em 1945 com o médico holandês Dr. Nicolau van Uden, falecido em 1991, do qual teve seis filhos. Regressando a Portugal em 1949, criou e dirigiu por longos anos a Fundação Dom Nuno Álvares Pereira, para ajuda aos necessitados.

Seu funeral realizou-se na intimidade familiar, e a Missa de 7º Dia foi celebrada no Mosteiro dos Jerônimos.

Pró-Monarquia externou em comunicado à Família Real portuguesa e à ilustre descendência da extinta suas respeitosas e sentidas condolências.

Expediente Herdeiros do Porvir

Publicação da Pró-Monarquia,
entidade civil sem fins lucrativos.
Rua Itápolis, 873 – CEP 01245-000 – São Paulo – SP
Tel./Fax: (11) 3822-4764
www.monarquia.org.br

Diretor Responsável: Gustavo Cintra do Prado
Jornalista Responsável: Yone P. Caldeira (MTB 17354)
Redator Chefe: Geraldo Héison Winter
Diagramação: Luis Guillermo Arroyave
Impressão: Grafilar – Gráfica e Editora do Lar Anália Franco

Dom Bertrand cumpre extenso programa em Minas

OSVALDO ROCCO

O príncipe Dom Bertrand de Orleans e Bragança visitou em fins de fevereiro e início de março o Estado de Minas Gerais, onde cumpriu vasta programação.

Na tarde de 28 de fevereiro foi recepcionado pelos monarquistas mineiros no aeroporto de Belo Horizonte e em seguida abriu o “V Encontro Monárquico de Minas Gerais” no teatro do Colégio Santa Maria. Falaram na ocasião o Dr. Gilberto Madeira Peixoto, Diretor do Circulo Monárquico de Minas Gerais, sobre “Imperador Dom Pedro II: Ética e Liberdade”, e o estudante Marcos Paulo Abreu, Presidente da Juventude Monárquica local, sobre “Perspectivas do Movimento Jovem Monárquico”. Dom Bertrand encerrou o evento exaltando o grande número de jovens presentes e conclamando-os a lutarem sempre mais pelos ideais monárquicos. À noite o príncipe foi homenageado em jantar solene no Restaurante Liberty Palace Hotel, na mesma cidade, organizado pelo Dr. Walter Taveira, do Conselho Estadual Monárquico.

No dia seguinte, 29 de fevereiro, Sua Alteza e comitiva percorreram 124 km até a cidade de Divinópolis, sendo recebidos pelo Prefeito Vladimir Azevedo, pelo Bispo Dom Tarcisio Nascentes dos Santos e autoridades. Após Missa na Catedral do Divino Espírito Santo, houve homenagem da “Confraria Brasil/Portugal” e sessão solene com educadores no auditório da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Depois do almoço, a comitiva imperial viajou mais 42 km até a cidade de Bom Despacho, onde também foi recepcionada por autoridades. O cortejo se dirigiu até o Campus da Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), local em que Dom Bertrand proferiu a Aula Magna de 2012 sob o título “O Brasil, país predestinado a um futuro glorioso” para 800 alunos da Faculdade de Direito. Em seguida houve confraternização entre a comitiva, autoridades, reitoria, congregação e acadêmicos.

Em primeiro de março Dom Bertrand participou da Alvorada na Praça da Matriz de Bom Despacho, abrilhantada pela Banda de Música do 7º Batalhão da PM de Minas Gerais. Em seguida o Prefeito Aroldo Queiroz, o príncipe e autoridades abrem as comemorações do Centenário da cidade. Após o descerramento da placa comemorativa houve Missa solene na Igreja Matriz Nossa Senhora do Bom Despacho. Em seguida o príncipe foi recepcionado por 300 alunos da Escola Municipal Coronel Praxedes, a mais antiga da cidade, e visitou o 7º Batalhão da PM de Minas Gerais, sendo recebido pelo comandante Cel. Wagner Santana. Após almoço a comitiva deixa a cidade e retorna a Belo Horizonte, onde monarquistas de Arcos, Belo Horizonte, Barbacena, Caeté, Contagem, Itabira, Itaúna, Jaboticatubas, Juiz de Fora, Montes Claros, Nova Lima, Sabará e Sete Lagoas se despedem do Príncipe, encerrando-se assim o “V Encontro Monárquico de Minas Gerais”.



Bispo de Divinópolis, Dom Tarcisio Nascentes dos Santos, Dom Bertrand e o Prefeito Vladimir Azevedo



Público presente à Aula Magna proferida por Dom Bertrand



Na visita ao 7º Batalhão da PM de Minas, Dom Bertrand ao lado do Coronel Wagner Santana e oficiais



Diretores e alunos da Escola Municipal Coronel Praxedes recepcionam Dom Bertrand e Comitiva

A rainha em 1928



Após a coroação, Elizabeth II volta ao palacio na carruagem



A rainha com os símbolos



*E*m 6 de fevereiro a rainha Elizabeth II completou 60 anos de reinado e tornou-se a segunda monarca britânica a celebrar o jubileu de diamante. Apenas a rainha Vitória (1819-1901) alcançou tal longevidade de reinado, 63 anos. O evento fez eclodir uma contradição latente em inúmeros jornalistas e pensadores democráticos e/ou socialistas europeus.

E, fato que deixa os laicistas perplexos, como é que a monarquia britânica, impregnada de notas sacrais estabelecidas por seus santos fundadores, atinge taxa de popularidade que deixa vermelhos de inveja os mais badalados líderes democráticos do Velho Continente? Pior ainda — pensam eles em sua mentalidade materialista —, como é que, em meio a tamanha crise econômica, os súditos de sua Majestade, nos 16 reinos da Coroa, propõem-se a despender milhões de libras públicas e privadas em evento, segundo eles, tão “arcaico”?

As festividades reais ameaçam sobrepular inclusive os Jogos Olímpicos de Londres, que ocorrerão durante o verão europeu. Também obrigaram a mudança da conferência Rio+20, pois governantes de todas as nações, os quais vão discutir o futuro do planeta, temiam ficar no ostracismo, já que a opinião pública estará mais atraída pelo “Trooping the Colour” e pelas pompas reais.

A jornalista Stéphane Bern, do “Le Nouvel Observateur”, revista voltada para a “intelligentzia” socialista francesa, assumiu a árdua tarefa de explicar tal fenômeno, chegando a conclusões inesperadas. Inicialmente Bern lembra o sagaz comentário do príncipe de Metternich: “A verdadeira obra-mestra consiste em durar”. Com efeito, enquanto os chefes de repúblicas fogem de consultas populares temendo serem banidos de seus cargos ou frustrados em suas políticas, a Rainha da Inglaterra comemora seis décadas envolta numa auréola

Elizabeth II comemora 60 anos de reinado aureolada a

de prestígio advindo de seu papel simbólico e moral.

Elizabeth II não conquistou sua legitimidade em nenhum pleito democrático ou através de um golpe. Pelo contrário, a história e berço a elevaram sobre um pedestal acima de partidos e interesses particulares.

Assim como a soberana inglesa, reis e rainhas da velha Europa encarnam a identidade nacional nestes tempos de crise, identidade essa que a “nova” Europa ameaça tirar-lhes.



Na França, velhos nacionalistas, republicanos esclerosados e socialistas desnorteados, ainda encharcados do espírito do Terror de 1794, mordem os lábios de inveja vendo os britânicos mantendo nos píncaros o orgulho de serem uma grande potência mundial, pois reverenciam seu mais alto símbolo hierático, a Rainha Elizabeth





Elizabeth II

60 anos de reinado de prestígio

LUIS DUFAUR

II. Pela graça de Deus é ela soberana da Grã-Bretanha, da Irlanda do Norte, do Canadá, da Austrália, da Nova Zelândia, de 16 Estados independentes, além de chefe de 54 Estados da Commonwealth, com um total de dois bilhões de fiéis e leais súditos.

Elizabeth II não governa, pois o poder executivo foi subtraído da Coroa inglesa. Mas com 86 anos, esta soberana influencia muito mais do que qualquer governante.

Ela é um ícone acima dos tempos, explica Bern, uma figura materna e protetora, uma espécie de mãe benfeitora da nação, que permite ao povo acreditar sempre num destino sempre promissor. Ela desafia todas as regras do desgaste do poder ao desfrutar de uma popularidade que a eleva ao auge do prestígio.

Pode-se dizer que Elizabeth II encarnou uma fada que fez com que a Inglaterra atravessasse todas as provas sem perder sua identidade, nem sua dimensão moral. Ela conheceu todos os chefes de Estado e recebeu “para confissão”, todas às tardes

de terça-feira, doze primeiro-ministros, desde Winston Churchill até o atual David Cameron.

As ideologias, os partidos, os jogos de interesse mudaram sem cessar durante os sessenta anos de seu reinado, mas ela personificou, sem desfalecimento, a continuidade, a identidade e a unidade nacional.

As atuais leis inglesas reduziram seus soberanos a meros consultores, encorajadores e aconselhadores. Porém, observa Bern, o poder da atual rainha é muito superior ao das instituições, pois encarna profundamente a Inglaterra ao transformar-se em uma figura atemporal que vibra continuamente e em uníssono com seu povo.

O essencial de seu papel não é apenas presidir cerimônias oficiais, mas preservar a mística da monarquia, conclui Bern, aludindo àquele superior desígnio que faz dos monarcas uma imagem viva d’Aquele Rei supremo, Criador de todas as coisas, que governa e sustenta tudo quanto existe como Senhor e Rei do universo.

Elizabeth II anunciou que morreria no trono. Recusou portanto a aposentadoria que faz a alegria de tantos políticos republicanos. Ungida pelos santos óleos na abadia de Westminster, elegeu seu trono como uma Cruz de onde pretende exalar seu último suspiro.



Bento XV ensinou que a nobreza é chamada a exercer um sacerdócio peculiar na ordem temporal: o “sacerdócio da nobreza”. E a Rainha Elizabeth II soube nestas seis décadas de reinado praticar a oblação de si mesma no exercício de uma missão que sempre visou o bem de seu povo. Oblação que se assemelha ao de Nosso Senhor Jesus Cristo; oblação que está na origem das atuais bênçãos de Deus que a instituição monárquica atrai sobre a Inglaterra.



Dom Luiz: Elizabeth II encarna a perenidade de muitos valores

A propósito das comemorações dos 60 anos de reinado da Rainha Elizabeth II, Dom Luiz de Orleans e Bragança, chefe da Casa Imperial do Brasil, concedeu a seguinte entrevista ao “Herdeiros do Porvir”:

A que se deve tamanho prestígio da Rainha Elizabeth II, em pleno século XXI?

Neste século marcado, mais ainda que o precedente, pela velocidade do acontecer e pela transitoriedade de todas as coisas, a Rainha Elizabeth II representa aos olhos de britânicos e de não-britânicos a estabilidade, a continuidade, a perenidade de tudo quanto é bom e deve perpetuar-se — valores de que estão ávidas as melhores fibras de todos os povos.

O primeiro ministro do Reino Unido, David Cameron, em seu discurso na Câmara dos Comuns no dia 7 de março p.p., elogiou a graça, a dignidade e a decência da Rainha. Que virtudes Vossa Alteza destacaria na Rainha Elizabeth II e quais virtudes poderiam ser consideradas essenciais a um monarca?

Acredito que o Primeiro Ministro Cameron sintetizou muito bem as virtudes da Rainha. Acrescentaria uma outra, a consciência de uma alta missão a cumprir, nela inculcada por uma primorosa formação e plenamente assumida quando, muito jovem ainda, há 60 anos, assumiu o Trono pela morte de seu pai o Rei Jorge VI. As imagens daquele momento e, mais tarde, das cerimônias da coroação, o retratam nitidamente. Essa consciência de uma alta missão a cumprir, encarnando as virtudes de seu povo e sabendo traduzi-las em posturas, gestos e ações é precisamente a qualidade essencial de um monarca, seja ele a cabeça de um vasto império ou de um pequeno principado.

Em que medida a Rainha Elizabeth ajuda a fortalecer os laços dos países que constituem a Commonwealth?

Ajuda a fortalecer tais laços exatamente na medida em que ela é a imagem da perenidade. Nos países da Commonwealth sucederam-se, nesses 60 anos, todo tipo de governantes, partidos de todas as orientações, houve guerras, modificações territoriais, catástrofes. A tudo isso sobrepaiu sempre a figura da Rainha, acatadíssima e benfazeja. Em todo o orbe, centenas de milhões de homens, de todas as origens e condições, se sentem irmanados por esse superlativo denominador comum que é o de serem “súditos de Sua



Majestade Britânica”. Que Secretário-Geral do ONU ou Presidente da União Européia poderia produzir tal efeito?

Restaurada a monarquia no Brasil, de que maneira se poderia criar uma Commonwealth luso-brasileira? Em que se diferenciaria ela da britânica?

A idéia de um império luso tendo como peça chave o Brasil esteve na mente dos Reis de Portugal, e também na de um grande brasileiro, José Bonifácio de Andrada. Infelizmente a pressão das Cortes portuguesas impediu D. João VI de concretizar esse anelo. Hoje os diferentes territórios de língua e influência portuguesa são todos independentes, e as relações entre eles se dão por tratados,

convênios, etc. Uma restauração monárquica alteraria esse quadro, pois a monarquia tem um poder aglutinador único, e uma Coroa restabelecida tornar-se-ia naturalmente o pólo de uma superior unidade para todos esses países de passado comum. A Commonwealth é marcada sobretudo pelo caráter institucional. Sem prejuízo deste, uma comunidade luso-brasileira, aberta ao mundo lusófono, teria como elemento dominante a afetividade, tão própria da gente portuguesa e ainda acentuada ao transpor o Atlântico.

Que lições os monarquistas brasileiros poderiam tirar da popularidade da realeza britânica?

“Procurai primeiro o Reino de Deus, e tudo o mais vos será dado por acréscimo”. O elemento essencial do regime monárquico está em que ele espelha, na estruturação da sociedade e do Estado, a ordem disposta por Deus na criação. A monarquia é assim fundamentalmente sacral, de onde lhe vem sua respeitabilidade e seu encanto, mais ainda que das qualidades do ocupante do trono. Essa sacralidade ressalta nas grandes ocasiões da Coroa inglesa, como aconteceu no recente casamento do Príncipe William [e Kate Middleton], que atraiu dois bilhões de telespectadores em todo o mundo. Mas, infelizmente, ela está ausente da vida pública brasileira, que nas últimas décadas tem sido uma frustrante sucessão de expectativas, seguidas de desencantos, em relação a esta ou aquela figura política, esta ou aquela variante republicana, com foco em propostas, programas e providências de ordem meramente prática. Se os monarquistas mantiverem suas vistas naquele alto patamar se entenderão melhor a si próprios, melhor saberão comunicar aos demais os seus propósitos. E saberão fazer bem aquilo que os republicanos não sabem ou não conseguem fazer.

O Barão do Rio Branco e a Consolidação das Fronteiras do Brasil

GERALDO HÉLSON WINTER

Este resumo biográfico é uma pequena homenagem ao Barão do Rio Branco por ocasião do centenário de seu falecimento. Este memorável personagem de nossa História nos faz pensar no que seria a grandeza e glória do Brasil sob o reinado da Princesa Isabel.

O Barão do Rio Branco foi um dos últimos rebentos gloriosos do Império do Brasil. Apenas alguns dias após a Princesa Isabel ter assinado a Lei Áurea, José Maria da Silva Paranhos Júnior recebia, a 30 de maio de 1888, o título de *Barão do Rio Branco*. E, monarquista convicto que era, continuou a utilizar o título “Rio Branco” em sua assinatura mesmo após a proclamação da república, em 1889.

Foi professor, político, jornalista, diplomata, historiador e biógrafo. Nasceu no Rio de Janeiro, em 20 de abril de 1845 e faleceu, na mesma cidade, em 10 de fevereiro de 1912. Coursou o Colégio Pedro II, a Faculdade de Direito de São Paulo, depois a de Recife onde concluiu os estudos, tornando-se Bacharel em 1866.

Em 1869, foi nomeado promotor público de Nova Friburgo e nesse ano, como secretário da Missão Especial, acompanhou seu pai, o Visconde do Rio Branco, ao rio da Prata e ao Paraguai. Conduziu também, em 1870 e 1871, as negociações de paz entre os países da Tríplice Aliança e o Paraguai.

Ao regressar ao Rio, dedicou-se ao jornalismo, passando a dirigir o jornal *A Nação*, juntamente com Gusmão Lobo. Em maio de 1876, Rio Branco deixava o jornalismo para ocupar o cargo de cônsul-geral do Brasil em Liverpool. Em 1884, recebeu a comissão de delegado à Exposição Internacional de São Petersburgo.

Em 1891 foi nomeado superintenden-

te geral, na Europa, da emigração para o Brasil, cargo que exerceu até 1893. Nesse ano o Presidente Floriano Peixoto escolheu Rio Branco para a missão encarregada de defender os direitos do Brasil aos territórios das Missões. Nos últimos dias do Império a Questão das Missões ou Questão de Palmas havia sido submetida ao arbitramento do presidente Cleveland, dos Estados Unidos, designado como árbitro pelo tratado de 7 de setembro de 1889, firmado entre Brasil e Argentina. Rio Branco apresentou ao presidente Cleveland uma exposição acompanhada de minuciosa documentação, reunida em seis volumes, *A questão de limites entre o Brasil e a Argentina*, obra que muito contribuiu para o laudo arbitral de 5 de fevereiro de 1895, inteiramente favorável às pretensões brasileiras.

Em 1898, Rio Branco foi encarregado de resolver a questão da fronteira do Amapá com a Guiana Francesa. O Tratado de 10 de abril de 1897, assinado com a França, escolheu para árbitro da questão o presidente da Suíça. Rio Branco, que estudou a questão do Amapá desde 1895, ao chegar a Berna, apresentou ampla documentação reunida em sete volumes. A sentença arbitral, de 1º de dezembro de 1900, foi favorável ao Brasil, tornando Rio Branco legendário.

Em 31 de dezembro de 1900 o Barão do Rio Branco foi nomeado ministro plenipotenciário em Berlim. Em 1902 foi convidado pelo presidente Rodrigues Alves a assumir a pasta das Relações Exteriores, na qual permaneceu até sua morte, em 1912. Logo no início de sua gestão, Rio Branco defrontou-se com a questão do Acre, solucionando-a pelo Tratado de Petrópolis, assinado em 1903 com a Bolívia. Por meio deste tratado o território do Acre passou a

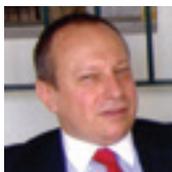
pertencer ao Brasil mediante compensação econômica e pequenas concessões territoriais. Esta é a mais conhecida obra diplomática de Rio Branco, cujo nome foi dado à capital daquele Estado.

Em 1901, apesar dos esforços e do valor intelectual do plenipotenciário brasileiro, Joaquim Nabuco, a questão da Guiana Inglesa foi resolvida, por laudo do árbitro Victor Emanuel, rei da Itália, contra o Brasil.

Vieram depois vários tratados: em 1904, com o Equador; em 1906, com a Guiana Holandesa; em 1907, com a Colômbia; em 1904 e 1909, com o Peru; em 1910, com a Argentina, completando-se assim os contornos do território brasileiro que, com pequenas alterações, permanecem até hoje.

Devotado pan-americanista, preparou o terreno para uma aproximação maior com as repúblicas hispano-americanas e acentuou a tradição de amizade e cooperação com os Estados Unidos. Além da solução dos problemas de fronteira, o Barão do Rio Branco lançou as bases de uma nova política internacional adaptada às novas necessidades do Brasil do século XX.





JOSÉ GUILHERME BECCARI



Transposição da vergonha

As secas do Nordeste sempre constituíram uma preocupação nacional. Já em meados do século XIX, D. Pedro II — inconformado com a extrema pobreza dos habitantes dessas regiões onde a água escasseia — resolveu sanar o problema. Confiante nos bons préstimos do Eng. Tristão Franklin Alencar de Lima, atribuiu-lhe o encargo de “estudar um meio de utilizar as águas do Rio São Francisco para aliviar tal sofrimento em épocas de falta de chuvas”. Vê-se, portanto, que os poucos recursos existentes então, quando faltavam até equipamentos adequados para uma iniciativa dessa envergadura, não serviram de pretexto para que o nosso Imperador simplesmente cruzasse os braços, declarando-se impotente em face da calamidade. É proclamada a República. Por que o plano não foi levado adiante? Poderíamos formular várias hipóteses a respeito. Essas ressalvas supostamente justificariam a inércia dos dirigentes que o sucederam. — Justificaríamos? Talvez seja mais exato falar em explicações que nada justificam. Para não alongarmos estes comentários, voltaremos ao tema numa ocasião futura. Seja como for, a verdade é que a decantada República não levou a peito a indispensável obra. Aqui e lá, ora exumada dos arquivos, ora engavetada de novo, a tão sonhada transposição do Rio São Francisco acabou virando mero expediente eleitoral. Assim, ainda no governo Lula, Dilma Rousseff brandiu como um trunfo a retomada dessa velha proposta, que faria parte do PAC. Aliás, significativamente, em certas regiões dentre as mais assoladas pela seca, a então candidata (hoje presidente) recebeu uma avalanche de votos. Isso sucedeu em Floresta, Cabrobó e Custódia, em cujas cidades Dilma arrebanhou a quase totalidade dos sufrágios (respectivamente 86,3%, 90,7% e 95,4%). Ainda está viva na memória de muitos as imagens apresentadas em sua propaganda eleitoral: filmagens aéreas mostravam parte dos canais executados, homens e máquinas trabalhando a todo vapor, e um locutor “emocionado” enaltecendo a construção, que iria trazer riqueza e prosperidade para milhares de pequenos agricultores da região!... À margem da propaganda oficial, contudo, qual a real situação da obra, orçada em R\$ 6,8 bilhões, mas que logo depois receberia uma provisão de verbas quase 40% acima do que fora inicialmente previsto? Após um tímido começo seguiu-se pavoroso abandono. Somente para reparar o que foi abandonado — a retomada do trabalho, como se pode imaginar, está prevista *para as próximas eleições!* —, muitos gastos adicionais terão de ser feitos. Nesse perdulário governo, a incessante propaganda encobre tudo, ou só divulga com estardalhaço o que lhe apraz divulgar. No episódio da transposição do Rio São Francisco, nem tudo, porém, ficou a cargo da inoperância e da demagogia. Excetua-se dessa ruína o trecho situado no eixo norte, sob a responsabilidade do setor de engenharia do Exército que, para tal fim, valeu-se do operoso concurso de jovens soldados alistados em suas fileiras. Nessa parcela de terreno, com efeito, desenvolveu-se, de forma pronta e eficaz, a execução da obra. Por que a imprensa “chapa banca” calou — ou quase tanto — sobre esse inquestionável feito? Resumindo: depois da Monarquia, o desgoverno de nossos régulos da República, a cada eleição, só acena com promessas, mas costuma estar bem acolitado pelas possantes caixas de ressonância da mídia.

Corrupção até nos Tribunais

A ministra Eliana Calmon, corregedora do Conselho Nacional de Justiça, concedeu entrevista à imprensa sobre o que ocorreria nos bastidores das várias esferas do Poder Judiciário. As suas palavras falam por si. Seguem alguns trechos:

● **Por que nos últimos anos pipocaram tantas denúncias de corrupção no Judiciário?** Durante anos, ninguém tomou conta dos juizes, pouco se fiscalizou. A corrupção começa embaixo. Não é incomum um desembargador corrupto usar o juiz de primeira instância como escudo para suas ações. Ele telefona para o juiz e lhe pede uma liminar, um *habeas corpus* ou uma sentença. Os juizes que se sujeitam a isso são candidatos naturais a futuras promoções. Os que se negam a fazer esse tipo de coisa, os corretos, ficam onde estão.

● **A senhora quer dizer que a ascensão funcional na magistratura depende dessa troca de favores?** O ideal seria que as promoções acontecessem por mérito. Hoje é a política [sic] que define o preenchimento de vagas nos tribunais superiores, por exemplo. Os piores magistrados terminam sendo os mais louvados. O ignorante, o despreparado, não cria problema com ninguém porque sabe que num embate ele levará a pior. Esse chegará ao topo do Judiciário.

● **Esse problema atinge também os tribunais superiores, onde as nomeações são feitas pelo presidente da República?** Estamos falando de outra questão muito séria. É como o braço político se infiltra no Poder Judiciário. Recentemente, para atender a um pedido político, o STJ chegou à conclusão de que denúncia anônima não pode ser considerada pelo tribunal. [...] De fato, uma simples carta apócrifa não deve ser considerada. Mas, se a Polícia Federal recebe a denúncia, investiga e vê que é verdadeira, e a investigação chega ao tribunal com todas as provas, você vai desconsiderar? Tem cabimento isso? Não tem. A denúncia anônima só vale quando o denunciado é um traficante? Há uma mistura e uma intimidade indecente com o poder.

● **Existe essa relação de subserviência da Justiça ao mundo da política?** Para ascender na carreira, o juiz precisa dos políticos [sic]. Nos tribunais superiores, o critério é única e exclusivamente político [sic].

● **Mas a senhora, como todos os demais ministros, chegou ao STJ por meio desse mecanismo.**

Certa vez me perguntaram se eu tinha padrinhos políticos. Eu disse: “Claro, se não tivesse, não estaria aqui”. Eu sou fruto de um sistema. Para entrar num tribunal como o STJ, seu nome tem de primeiro passar pelo crivo dos ministros, depois do presidente da República e ainda do Senado. O ministro escolhido sai devendo a todo mundo.

● **No caso da senhora, alguém já tentou cobrar a fatura depois?** Nunca. Eles têm medo desse meu jeito. Eu não sou a única rebelde nesse sistema, mas sou uma rebelde que fala. Há colegas que, quando chegam para montar o gabinete, não têm o direito de escolher um assessor sequer, porque já está tudo preenchido por indicação política.